



**PREFEITURA DE
VILHENA**
PROCURADORIA



Ofício nº 305/2023/PGM

Vilhena, 4 de agosto de 2023

Exmº. Sr.
Samir Mahmoud Ali
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Nesta.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DATA 04/08/23
HORA 12:53
Paula Jampieri

Assunto: Projeto de Lei para deliberação

Solicita-se a Vossa Excelência que convoque os Vereadores para deliberação do Projeto de Lei abaixo relacionado:

PROPOSIÇÃO	NÚMERO	EMENTA
Projeto de Lei Ordinária	PLO 6.739 /2023	CRIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Atenciosamente,

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO MUNICIPAL





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº _____/2023

M E N S A G E M

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminho Projeto de Lei Ordinária, que cria, no âmbito do Município de Vilhena, o Programa Porteira Adentro, com o objetivo de fomentar a atividade agropecuária e auxiliar na execução de obras de infraestrutura, serviços e assistência técnica às propriedades agropecuárias rurais e urbanas e na implantação de um conjunto de ações voltadas à melhoria dos acessos viários.

A alteração proposta visa promover alteração global da legislação municipal que rege o Programa Porteira Adentro, de modo tornar o ordenamento jurídico mais integro e racional, capaz de tornar mais eficiente as ações e os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI.

Esta propositura visa corrigir lacunas existentes na Lei que rege o Programa Porteira Adentro, que segundo a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI pode ocasionar consequências severas à administração pública e aos servidores municipais. Diante disto, propõem o estabelecimento de novos critérios para a concessão dos benefícios do Programa, de modo a atender efetivamente o produtor rural, fomentar a agricultura familiar, evitar fraudes, contornar as dificuldades de controle, supervisão dos trabalhos e dificuldades detectadas na sua execução.

Além disto, prevê a criação de subsídio, prazo de carência e parcelamentos no pagamento pelos serviços e de serviços, tais como o serviço de transporte de insumos e cargas, que tem por escopo viabilizar, o transporte de pequenas cargas na caçamba de veículos utilitários, o serviço aquisição e destinação de insumos: sementes, mudas e outros insumos agrícolas, inclusive florestais e o serviço de assistência técnica para o atendimento aos agricultores.

Enfim, a proposta visa sistematizar com base em demandas da Secretaria Municipal de Agricultura- SEMAGRI a rotina de serviços e atendimento aos produtores rurais e se constitui medida do mais elevado interesse público, razão pela qual submeto à apreciação e aprovação desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO MUNICIPAL





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

CRIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, O
PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Fica criado, no âmbito do Município de Vilhena, o Programa Porteira Adentro, com o objetivo de fomentar a atividade agropecuária e auxiliar na execução de obras de infraestrutura, serviços e assistência técnica às propriedades agropecuárias rurais e urbanas e na implantação de um conjunto de ações voltadas à melhoria dos acessos viários.

Parágrafo único. Poderão ser executados projetos, ações e serviços do Programa Porteira Adentro em municípios adjacentes ao Município de Vilhena, mediante convênio ou instrumento similar firmado entre os convenientes.

Art.2º São ações do Programa Porteira Adentro:

I - executar serviços necessários para a melhoria das estradas vicinais, acessos e carreadores do Município, inclusive dentro das propriedades particulares;

II - executar serviços de mecanização com agrícola como gradagem, aração, escarificação, terraceamento, subsolagem, destoca, enleiramento, encanteiramento, aplicação e distribuição de insumos, adubação, plantio, pulverizações, colheita e outras práticas agrícolas mecanizáveis, conforme disponibilidade dos recursos materiais e humanos disponíveis;

III - executar serviços de instalações agropecuárias tais como, construção e reforma de silos, trincheiras, aterro de currais, abertura de tanques de peixes, açudes para captação de água, e demais serviços que visem a implantação de unidades geradoras de renda na propriedade rural;

IV - executar serviços de transporte de insumos, materiais, produtos e produção agrícola para atender atividades agropecuárias e correlacionadas às propriedades rurais;

V - adquirir, destinar e encaminhar insumos agropecuários, inclusive florestais, exceto agrotóxicos; e

VI - prestar assistência técnica agropecuária para produtores rurais, instituições de ensino e demais entidades interessadas.

Art.3º A gestão, a execução e o controle do Programa Porteira Adentro é de competência da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI que poderá firmar parcerias com outras secretarias





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



municipais, órgãos públicos, entidades, instituições de ensino e empresas privadas para a execução dos projetos, ações e serviços relacionados ao Programa.

Art.4º Fica estabelecida a parceria e a cooperação permanente entre a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI e a Secretaria Municipal de Obras - SEMOSP para a execução dos serviços no atendimento ao Programa de que trata esta Lei.

Art.5º Para se beneficiar do Programa Porteira Adentro, o produtor deverá atender os seguintes requisitos:

- I -possuir propriedade de até 102 ha (cento e dois hectares);
- II -estar com sua inscrição ativa perante a Secretaria de Fazenda Estadual ou órgão equivalente;
- III - estar em dia com todos os tributos municipais; e
- IV -ter seu requerimento de execução dos serviços aprovado por vistoria da chefia de campo.

§ 1º A metragem de que trata inciso I deste artigo poderá ser ampliada em até 10% (dez por cento), se aprovado o requerimento pelo Secretário Municipal de Agricultura, que deverá fundamentar sua decisão.

§ 2º A vistoria de que trata o inciso IV deste artigo poderá ser realizada de forma prévia, concomitante ou posterior à execução dos serviços pela chefia de campo ou por técnico vistoriador designado pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.

§ 3º Será dada prioridade à execução de serviços na propriedade cuja atividade rural seja a principal renda e sirva de moradia à família.

Art.6º O requerimento de execução de serviços deve vir acompanhado de um dos seguintes documentos:

I - escritura, título definitivo, Certidão de Reconhecimento de Ocupação - CRO ou Certidão de Concessão de Uso - CCU do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

II - contrato de compra e venda ou arrendamento em nome do beneficiário com firma reconhecida em cartório, com a descrição da metragem da propriedade beneficiada;

III - declaração de associação rural atestando a posse da área e descrevendo o tamanho da propriedade;

IV - requerimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em nome do beneficiário;

V - georreferenciamento e/ou Cadastro Ambiental Rural - CAR da propriedade em nome do beneficiário.

VI - declaração de posse emitido pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON; e

VII - qualquer outro documento apto a comprovar a posse ou a propriedade da área.

§ 1º Não serão aceitos pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, para os fins de deferimento de requerimento feito com base no inciso II deste artigo contrato de arrendamento, cuja parcela arrendada pertença à área maior do que as estabelecidas no art. 5º, I desta Lei.

§ 2º Aplica-se a hipótese do inciso II deste artigo, a exceção prevista no 1º do art. 5º desta Lei, que seja realizada vistoria prévia por técnico ou pelo chefe de campo a pedido do Secretário





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Municipal de Agricultura, na qual serão analisados critérios de moradia e de produtividade da área e emitida certidão de exploração rural.

§ 3º Serão aceitos requerimentos de serviços em nome coletivo apresentados por associação ou entidade representativa dos produtores rurais, sob responsabilidade de seu representante legal da entidade, que deverá apresentar no momento da solicitação a relação dos beneficiários e a documentação comprobatória do atendimento dos requisitos constantes do art. 5º desta Lei.

Art.7º Deverá ser firmado termo de parceria, termo de cooperação técnica ou instrumento similar entre o Município de Vilhena e as entidades governamentais e/ou instituições de ensino sempre que as ações do Programa Porteira Adentro forem requeridas em benefício destas.

Art.8º Terão prioridade no atendimento pelo Programa Porteira Adentro, os produtores que comprovem a participação em programas sociais de incentivo à produção rural como o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos – PMAA, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola – PROVE ou outros programas similares.

§ 1º A previsão do **caput** deste artigo se aplica aos feirantes da esfera estadual e municipal.

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros casos de prioridade de atendimento pelo Programa Porteira Adentro, os quais deverão ser avaliados por Comissão, constituída através de portaria pelo mínimo de 5 (cinco) servidores da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, que emitirão parecer quanto à autorização do serviço a ser realizado.

Art.9º Fica a cargo do produtor rural ou da associação ou entidade representativa interessada a elaboração e a aprovação dos projetos ambientais, sua aprovação pelos órgãos competentes e a obtenção da licença ambiental, toda vez que tal providência for exigida pela legislação ambiental.

§ 1º Na hipótese do **caput** deste artigo, o beneficiário do Programa Porteira Adentro fica obrigado a portar a licença ambiental válida e cópia do projeto ambiental no momento da solicitação e execução do serviço, devendo permanecer no local do serviço até a sua conclusão.

§ 2º É de responsabilidade do beneficiário a indicação do local e acompanhamento na execução dos serviços do Programa Porteira Adentro.

§ 3º Em caso de infração ambiental por execução de serviços em local inadequado ou não previsto no licenciamento, será o produtor rural responsabilizado integralmente pela infração.

Art.10. O Programa Porteira Adentro será operacionalizado em forma de parceria entre o Município e o produtor rural ou, no caso de atendimento à entidade ou à instituição, através de termos de parceria, termo de cooperação ou instrumentos similares.

§ 1º Os serviços prestados no âmbito do Programa de que trata o **caput** deste artigo serão executados mediante requerimento e o cadastramento do interessado na à Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI.

Art. 11. A parceria entre o Município de Vilhena e o produtor rural se dará através da disponibilização pelo ente público de serviços, operadores, técnicos, máquinas, implementos, equipamentos e insumos, através do pagamento da cota-parte pelo produtor rural, pela entidade ou pela associação representativa.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



§ 1º A execução dos serviços solicitados pelo produtor rural se dará mediante o pagamento de cota-parte, através de Guias de Recolhimento de Arrecadação Municipal.

§ 2º Os recursos recolhidos na forma do § 1º deste artigo serão destinados ao Fundo Municipal de Agricultura.

§ 3º Sobre o valor da cota parte, poderão incidir prazos de carência, opções de parcelamento para pagamento, desconto por pagamento antecipado, na forma de regulamento a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo, objetivando a promoção e o fomento da atividade rural.

§ 4º No atendimento a entes, entidades públicas e/ou instituições de ensino o termo de parceria, obrigatoriamente, será precedido de plano de trabalho que deverá conter identificação dos participantes, objeto da parceria, descrição do projeto, atividade ou serviço, cronograma de execução, discriminação dos recursos a serem disponibilizados e da sua aplicação, forma de contrapartida e parâmetros de aferição.

CAPÍTULO II
DA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Art.12. Os projetos, as ações e os serviços, no âmbito do Programa Porteira Adentro, serão executados com maquinários de propriedade do Município de Vilhena, por terceiros contratados na forma da legislação aplicada ou por entidades governamentais conveniadas, tais como o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES ou por terceiros por estes contratados na forma do convênio.

Art.13. Poderão ser empregados nas ações, projetos e serviços do Programa Porteira Adentro tratores de pneu, pá carregadeiras, retroescavadeiras, caminhões caçamba, escavadeiras hidráulicas - PC, caminhões pipa e outros equipamentos e máquinas necessárias para efetivação do Programa.

Art.14. Fica criada a Cota de Serviço Mecanizado - CSM, que é a cota-parte paga em razão da contrapartida do produtor, associação ou entidade pelos serviços de mecanização agrícola realizados no âmbito do Programa Porteira Adentro.

Parágrafo único. A Cota de Serviço Mecanizado - CSM será recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art. 15. A Cota de Serviço Mecanizado - CSM considerará:

- I - a Duração de Horas do Serviço - DHS;
- II - o Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS, conforme o tipo de serviço;
- III - o valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigor no Município de Vilhena; e
- IV- o Coeficiente de Subsídio - CSub, conforme o enquadramento do beneficiário.

Parágrafo Único. Para o cálculo do valor total da Cota de Serviço Mecanizado - CSM, expresso em reais, deve-se multiplicar a Duração das Horas do Serviço - DHS, expresso em horas, pelo Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS, correspondente ao tipo de serviço, multiplicado pelo valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigore multiplicado pelo Coeficiente de Subsídio - CSub.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art. 16. A Duração das Horas do Serviço - DHS deverá ser aferida pelo responsável de campo ou operador da máquina, através do horímetro das máquinas ou através do controle de horas.

Art.17. Será tipificado, de acordo com o enquadramento da máquina e do serviço, o Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS da seguinte forma:

- I -Tipo I - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 2;
- II -Tipo II - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 2,5;
- III -Tipo III - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 3;
- IV -Tipo IV - Coeficiente da Máquina e serviço - CMS = 3,5;
- V -Tipo V - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 4;
- VI -Tipo VI - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 4,5; e
- VI -Tipo VII - Coeficiente da Máquina e Serviço -CMS = 5.

Art.18. Os beneficiários do Programa poderão usufruir de subsídios, no valor Cota de Serviço Mecanizado - CSM, conforme previsto na composição das cotas-parte, a ser concedido com o objetivo de promover o desenvolvimento agropecuário no Município.

Art.19. Para os fins de que trata o art. 18 desta Lei ficam estabelecidas as seguintes classes de beneficiários e os respectivos Coeficientes de Subsídio - CSub:

- I - Classe Subsidiada A – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,1; 0,3; 0,5; 0,7; 0,9 e 1;
- II - Classe Subsidiada B – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,3; 0,5; 0,7; 0,9 e 1;
- III - Classe Subsidiada C – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,5; 0,7; 0,9 e 1;
- IV- Classe Subsidiada D – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,7; 0,9 e 1; e
- V - Classe Subsidiada E – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,9 e 1.

§ 1º Para os beneficiários que não se enquadrarem em nenhuma Classe Subsidiada deverá ser utilizado para fins de cálculo o Coeficiente de Subsídio - CSub o valor 1 (um).

§ 2º Os critérios para classificação dos beneficiários nas Classes Subsidiadas e nos Coeficientes de Subsídios relativos aos serviços prestados pelo Programa Porteira Adentro serão regulamentados através de decreto a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Os subsídios oferecidos para incentivo ao desenvolvimento agropecuário não são cumulativos, prevalecendo o maior subsídio no qual o beneficiário se enquadre.

Art.20. Os serviços de mecanização agrícola serão limitados em horas conforme o tipo de maquinário utilizado, o serviço realizado e a classe em que beneficiário se enquadra, considerando a relação das máquinas e dos serviços disponíveis conforme o estabelecido em regulamento.

§ 1º O valor total dos serviços de mecanização agrícola dar-se-á pela soma dos valores totais de cada máquina e cada serviço realizado para o beneficiário.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESPESAS





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art.21. Compete ao Poder Executivo Municipal criar o Fundo Municipal de Agricultura, que terá como objetivos:

- I - dar suporte financeiro aos programas da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI;
- II - estimular às atividades agropecuárias e o desenvolvimento sustentável do Município de Vilhena;
- III - fomentar os programas, as ações e os projetos relacionados a recuperação da agricultura e da pecuária, principalmente em áreas degradadas e de difícil acesso;
- IV - auxiliar no escoamento da produção agrícola do Município de Vilhena; e
- V - incentivar a permanência do homem no campo.

Art.22 O Fundo Municipal de Agricultura constituir-se-á dos seguintes recursos financeiros:

- I - dotações constantes do orçamento municipal;
- II - contribuições, subvenções e auxílios da administração direta e indireta, estadual e municipal;
- III - receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o Município de Vilhena e instituições públicas e privadas;
- IV - dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- V- receitas decorrentes do disposto na Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e na Lei Federal nº 8.001, de 13 de março de 1990, que instituíram compensação financeira pela exploração econômica de recursos minerais, destinadas aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal;
- VI - produtos da alienação de material ou equipamentos inservíveis, vinculados ao Fundo Municipal de Agricultura; e
- VIII - outras receitas destinadas ao Fundo, como recolhimento de taxas de contrapartida do produtor rural, em benefício recebido pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.

Art.23. O Fundo Municipal de Agricultura, com autonomia financeira e com escrituração contábil própria, através da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Fazenda, observará o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nas resoluções disciplinares do Tribunal de Contas do Estado – TCE-RO na constituição e na movimentação dos recursos financeiros a ele vinculados.

§ 1º Os recursos do Fundo Municipal de Agricultura, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, serão movimentados em estabelecimentos oficiais de crédito, por decisão conjunta do Chefe do Poder Executivo e do Secretário Municipal de Agricultura.

§ 2º O Fundo Municipal de Agricultura, com autonomia financeira e com escrituração contábil própria, através da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD e da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, observará o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nas resoluções disciplinares do Tribunal de Contas do Estado – TCE-RO na constituição e na movimentação dos recursos financeiros a ele vinculados.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AGRÍCOLA





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art.24. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI a realizar serviços de transporte de insumos agrícolas, materiais, produtos e produção agropecuária para atender atividades agropecuárias e correlacionadas, inclusive para estruturação das propriedades como construções de moradia, currais, pocilgas, cercas e outras benfeitorias.

§ 1º A execução dos serviços de transporte agrícola serão de competência da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, diretamente através do Programa Porteira Adentro ou através de convênios, parcerias ou instrumentos similares firmados com outros entes, entidades ou órgãos.

§ 2º Os serviços de transporte agrícola não incluem a realização de serviços de carregamento, acondicionamento, embalagem, limpeza, embarque e desembarque das cargas ou produtos envolvidos no transporte, que são de responsabilidade do beneficiário solicitante.

§ 3º Poderão ser realizados serviços de transporte agrícola fora dos limites territoriais do Município, mediante autorização do Secretário Municipal de Agricultura, conforme a disponibilidade de maquinário e de servidores.

Art. 25. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, com a permissão do proprietário, a adentrar em propriedade privada para carregamento e retirada de esterco e outros insumos, sendo obrigatória a aferição do total de horas das máquinas utilizadas no serviço.

Art. 26. Serão designados pelo Secretário Municipal de Agricultura os servidores responsáveis pela execução dos serviços, os quais deverão:

I - atender o produtor rural ou as entidades representativas, interessados nos serviços de transporte agrícola;

II - cadastrar a solicitação e do beneficiário do serviço de transporte agrícola;

III - identificar o veículo a ser utilizado e respectivo Grupo e Coeficiente de Transporte - CT;

IV - identificar se o beneficiário se enquadra em algum Grupo subsidiado para determinação do Coeficiente de Subsídio - CSub;

V - guardar, organizar e entregar os documentos necessários para o transporte, como guias governamentais de autorização de transporte, notas fiscais dos produtos, autorização do Secretário Municipal de Agricultura para deslocamento intermunicipal, recibos de entrega para recolhimento e outros documentos;

V - colher assinatura do produtor ou entidade representativa beneficiada solicitante no recibo de entrega;

VI - emitir boletos das Cotas de Transporte Agrícola;

VII - agendar o transporte;

VIII - emitir a ordem de serviço,

IX - colher as assinaturas do Secretário Municipal de Agricultura e demais responsáveis; e

IX - arquivar o recibo de entrega dos insumos ou produtos, assinados pelo beneficiário, que comprovem a realização do transporte.

Parágrafo único. O beneficiário solicitante do serviço ficará responsável pela emissão dos insumos e das guias de transporte e pelo recolhimento dos impostos cabíveis quando necessário.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art.27. O condutor do veículo responsável pelo transporte agrícola deverá portar os documentos necessários para realização do serviço de transporte agrícola, recolher a assinatura do beneficiário no ato da entrega do material transportado e como indicar a distância total percorrida ou a ser percorrida em documento próprio.

Art.28. A Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI terá prioridade para uso dos veículos de transporte que atenderão o Programa Porteira Adentro, cuja destinação e forma de utilização serão tratadas por regulamento.

Art.29. É facultado ao beneficiário contratar seguro particular para as cargas, materiais, insumos ou quaisquer produtos a serem transportados na forma do art. 24 desta Lei, ficando sob sua total responsabilidade a ocorrência de danos durante o transporte.

Art.30. Fica criada a Cota de Transporte Agrícola - CTA, que é a cota-parte de contrapartida do produtor, associação ou entidade, pelo serviço de transporte.

Parágrafo único. A Cota de Transporte Agrícola - CTA será recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art.31. A Cota de Transporte Agrícola - CTA considerará:

I - a Distância Total do Transporte - DT, expresso em quilômetros, ida e volta;

II - o Coeficiente de Transporte - CT, conforme o grupo do veículo utilizado, o valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigor no Município; e

III - o Coeficiente de Subsídio - CSub, conforme o enquadramento do beneficiário.

§ 1º Para o cálculo do valor total da Cota de Transporte Agrícola - CTA, expresso em reais, a ser pago pelo beneficiário deve-se multiplicar a Distância Total do Transporte - DT expresso em quilômetros, pelo Coeficiente de Transporte - CT, correspondente ao veículo a ser utilizado, multiplicado pelo valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigor no Município de Vilhena e multiplicado pelo Coeficiente de subsídio - CSub.

§ 2º A Distância Total do Transporte - DT a ser percorrida deverá ser estimada pelo motorista.

Art.32. Será determinado, o Coeficiente de Transporte - CT conforme o enquadramento do veículo em um dos seguintes Grupos:

I - Grupo I - Coeficiente de Transporte - CT = 0,02;

II - Grupo II - Coeficiente de Transporte - CT = 0,03;

III - Grupo III - Coeficiente de Transporte - CT = 0,05;

IV - Grupo IV - Coeficiente de Transporte - CT = 0,07;

V - Grupo V - Coeficiente de Transporte - CT = 0,08;

VI - Grupo VI - Coeficiente de Transporte - CT = 0,09; e

VII - Grupo VII - Coeficiente de Transporte - CT = 0,12.

Parágrafo único. O beneficiário do Programa criado por esta Lei poderá usufruir de subsídio no valor da Cota de Transporte Agrícola - CTA a ser concedido com o objetivo de promover o desenvolvimento agropecuário no Município para determinados públicos





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



CAPÍTULO V

DA AQUISIÇÃO, DESTINAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Art.33. Fica instituído o Serviço de Aquisição de Insumos - SAI que tem por objetivo adquirir, destinar e encaminhar insumos agropecuários, inclusive florestais, aos produtores rurais, associações ou entidades representativas.

Art.34. A aquisição dos insumos agropecuários pelo Município de Vilhena dar-se-á através de processos previstos na legislação que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art.35. O encaminhamento de insumos agropecuários para beneficiários ocorrerá mediante solicitação do proprietário do insumo, pessoa física ou pessoa jurídica, através de Requerimento, no qual são descritas as características do produto.

Art.36. Entende-se como insumo agropecuário todo fator de produção que seja consumido no processo de produção agrícola ou que venha a integrar o produto, tais como:

- I - sementes, mudas e outros propágulos vegetais nativos ou exóticos;
- II - materiais utilizados para produção de mudas como bandejas, vasos, sacos, potes, tubetes, substratos e demais materiais para propagação de plantas;
- III - fertilizantes e adubos;
- IV - produtos de uso veterinário e material genético para inseminação; e
- V - ração e outros produtos destinados à alimentação animal.

Art.37. Fica vedada a aquisição, destinação e encaminhamento de agrotóxicos, ou defensivos agrícolas, excetuando aqueles classificados como biológicos que tenham como princípio ativo os agentes microbiológicos, bactérias, fungos, vírus, organismos macrobiológicos, parasitóides e predadores.

Art.38. A forma e o custo do transporte de insumos agropecuários envolvidos nos serviços de aquisição ficarão a cargo do beneficiário.

Parágrafo único. O beneficiário, caso se enquadre, poderá utilizar-se de programas governamentais para o transporte dos insumos.

Art.39. A qualidade e a garantia dos insumos de que trata o art. 32 desta Lei é de responsabilidade do fornecedor, responsabilizando-se o Município de Vilhena somente pelos processos de aquisição, destinação e encaminhamento destes.

Art.40. Os beneficiários a serem atendidos pelo Serviço de Aquisição de Insumos - SAI deverão atender os critérios estabelecidos em decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art.41. Fica criado o Serviço de Assistência Técnica da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, que compreenderá a disponibilização de técnicos para atendimento aos produtores rurais e as entidades representativas.

Art.42. O serviço de que trata o art. 40 desta Lei será prestado no campo, no escritório e por atendimento remoto, pelos técnicos, através de agendamento ou comparecimento na Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.

Art.43. Englobam os Serviços de Assistência Técnica prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura- SEMAGRI:

I - elaboração de projetos, pareceres, laudos, recomendações, palestras, aulas técnicas, tabelas, gráficos, estudos, materiais de divulgação como folders, panfletos, banners, inclusive em meio digital e outros que possuam caráter técnico; e

II - realização de procedimentos como coleta de solo, interpretação de análise de solo, recomendações de adubação, exames clínicos, vistorias, palestras, treinamentos, visitas técnicas, coletas de materiais para análise, inseminação artificial, identificação de doenças e pragas, recomendações de manejo, atendimentos, pesquisas, acompanhamentos, através de avaliação e observações técnicas.

Art. 44. Os Serviços de Assistência Técnica poderão ser oferecidos através de parcerias firmadas entre o Município e os entes, as entidades, as instituições de ensino e/ou empresas privadas, formalizados através de convênios ou instrumentos similares de parceria.

Art. 45. As atividades de treinamento, cursos, palestras, dias de campo, demonstrações, apresentações e outras modalidades de divulgação de conhecimentos, produtos, maquinários, implementos e outros insumos agrícolas aos produtores rurais poderão ser realizados em parceria com empresas privadas, mediante chamamento público para cadastramento de empresas interessadas na formalização de parcerias com o Município de Vilhena.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.46. Deverão ser observados na execução dos projetos, ações e serviços as condicionantes e o público que será beneficiado pelo Programa criado por esta Lei.

Art.47. O prazo para nova solicitação de serviços de mesma natureza no âmbito do Programa Porteira Adentro será de 120 (cento e vinte) dias.

Art.48. O Município de Vilhena, através da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI poderá suspender provisoriamente os serviços previstos no Programa Porteira Adentro, conforme a disponibilidade de recursos materiais e humanos e necessidade de manutenção, aquisição, reposição das máquinas, implementos e equipamentos necessários para execução dos serviços.

Art.49. Os valores arrecadados no âmbito do Programa Porteira Adentro, inclusive decorrentes de multas, serão destinados ao Fundo Municipal de Agricultura – FMA, criado pela Lei nº 4.601, de 8 de junho de 2017.

Art.50. O Poder Executivo regulamentará no que couber esta Lei, através de decreto do Chefe do Executivo.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art.51. Fica revogada a Lei nº 3.808, de 20 de dezembro de 2013 e a Lei nº 5.994, de 10 de março de 2023.

Art.52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena (RO), 4 de agosto de 2023.

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE VILHENA

00001



INTERESSADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI

ORIGEM

INTERNA

Nº. Protocolo

00011355

DATA

16/05/2023

ANO

2023

SETOR ORIGEM

SEMAGRI - RH

ASSUNTO

PROJETO

OBJETO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE LEI Nº 3.808/2013 E DECRETOS REGULAMENTADORES PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO.



MUNICÍPIO DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

00002



Memo. nº 327/SEMAGRI/2023

Vilhena/RO, 15 de MAIO de 2023.

DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA -SEMAGRI
PARA: GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: Proposta de Alteração de Lei e Decretos Regulamentadores Programa Porteira Adentro para providências.

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos através deste encaminhar com pedido de **URGÊNCIA** a vossa senhoria, proposta de alteração da lei 3.808/2013 e decretos regulamentadores do Porteira Adentro, estando as referidas propostas em anexo dispostas a providência e correções, ajustes conforme as boas praticas legislativas. O referido pedido de **urgência** se dá, devida diversas lacunas existentes e tentativas de manipular a referida lei, podendo ocasionar conseqüências severas a administração pública e aos servidores.

Ressaltamos que tais alterações se devem por a legislação vigente apresentar lacunas, que dificultam sua aplicação, podendo prejudicar sua efetividade. Por isso, propomos as seguintes alterações, objetivando sanar e amparar legalmente diversas e recorrentes demandas por parte do público rural, dentre as quais destacamos:

- Estabelece novos critérios para a concessão do benefício da referida lei, com a intenção de atender realmente o produtor rural e fomentar a agricultura familiar e na tentativa de evitar fraudes, levando em consideração as dificuldades de controle, supervisão e respaldos legais presenciados no dia a dia.

- Previsão de subsídio, carência e parcelamentos no pagamento pelos serviços. Estão previstos dispositivos objetivando atender os produtores rurais subsidiando os serviços, oferecendo prazo de carência e até mesmo parcelando o pagamento, fato muito solicitado na secretaria e que viabilizará a produção para muitos agricultores.



MUNICÍPIO DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

00003



- Serviços de transporte de insumos e cargas. São apresentadas propostas de dispositivos para viabilizar, inclusive, o transporte de pequenas cargas na caçamba de veículos utilitários, bem como o uso das caçambas.

- Aquisição e destinação de insumos. Com o objetivo de permitir a secretaria viabilizar recursos, conforme projetos, que entregue/encaminhe sementes, mudas e outros insumos agrícolas, inclusive florestais, ao produtor rural.

- Serviços de Assistência Técnica. Com a inclusão do presente dispositivo, ficará o porteira adentro devidamente amparado para o atendimento técnico dos agricultores.

Acreditamos que essas mudanças são fundamentais para garantir a efetividade da legislação em questão e para que as normas possam ser aplicadas de forma justa e equitativa.

Destacamos que essas propostas de alterações foram sistematizadas com base em demandas percebidas na rotina de serviços e atendimento aos produtores rurais e solicitamos que a análise feita por vossa senhoria, seja minuciosa a fim de sintetizar, encurtar a referida lei, estabelecendo quais temas podem ser regulamentados por decreto.

Por isso, solicitamos sua atenção e análise cuidadosa, completando esta proposta se possível com correções e ajustes para encaminhamento da devida providência que certamente contribuirão para a melhoria da legislação em nosso município.

Reforçamos a **urgência** na análise dessa demanda.

Atenciosamente,

APARECIDO DONADONI
Secretário Municipal de Agricultura - SEMAGRI

Decreto nº 59.132/2023

00004



ANEXO I
PROPOSTA DE MINUTA DE LEI

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO

ALTERA A LEI 3.808 DE 20 DE
DEZEMBRO DE 2013 DO "PROGRAMA
PORTEIRA ADENTRO", E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS AO DISPOSITIVO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA

Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vilhena decreta e eu sanciono a seguinte

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o "PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO", que tem como objetivo fomentar a atividade agropecuária, através da implantação de conjunto de ações visando a melhoria dos acessos viários e auxiliar na execução de obras de infraestrutura e assistência técnica nas propriedades agropecuárias localizadas no perímetro urbano e rural no Município de Vilhena – RO.

§1º - São ações previstas para o Programa:

- I. Executar serviços necessários para a melhoria das estradas vicinais, acessos e carregadores do município, inclusive dentro das propriedades;
- II. Executar serviços de mecanização com fins agrícolas tais como gradagem, aração, escarificação, terraceamento, subsolagem, destoca, enleiramento, encanteiramento, aplicação e distribuição de insumos, adubação, plantio, pulverizações, colheita e outras práticas agrícolas mecanizáveis, conforme disponibilidade de máquinas e operadores;

- III. Executar serviços pertinentes às instalações agropecuárias tais como, construção e reforma de silos, trincheiras, aterro de currais, abertura de tanques de peixes, açudes para captação d'água, e demais serviços que visem a implantação de unidades geradoras de renda na propriedade produtiva agropecuária;
- IV. Executar serviços de transporte de insumos, materiais, produtos e produção agrícola para atender atividades agropecuárias e correlacionadas às propriedades agropecuárias;
- V. Adquirir, destinar e encaminhar insumos agropecuários, inclusive florestais, exceto agrotóxicos;
- VI. Prestar assistência técnica agropecuária para produtores rurais, instituições de ensino e demais entidades interessadas.

§2º – A gestão, execução e controle do Programa, será de competência da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI que poderá firmar parcerias com outras secretarias do município, instituições de ensino, entidades governamentais e empresas privadas para atender o Programa.

§3º - Fica estabelecida a parceria e cooperação permanente com a Secretaria Municipal de Obras – SEMOSP para a execução dos serviços no atendimento ao Programa.

§4º - Poderão ser executados serviços do Programa em municípios adjacentes à Vilhena, mediante termo de parceria ou instrumento similar entre as prefeituras envolvidas.

Art. 2º Para se beneficiar do referido Programa, o produtor beneficiário deverá atender os seguintes requisitos:

- I – Possuir propriedade de até 102 (cento e dois) hectares, podendo variar em 10% com a devida justificativa e autorização do secretário municipal de agricultura;
- II - Encontrar-se com sua inscrição ativa, como produtor rural perante a Fazenda Estadual ou Órgão equivalente;
- III – Estar em dia com todos os tributos municipais;
- IV- ser aprovado por vistoria da chefia de campo que pode ser preventiva antes do requerimento do serviço ou posterior ao requerimento do serviço na chegada ao local para a execução do requerimento, caso se depare com alguma situação de possibilidade de fraude a legislação ou prejuízo a administração pública, poderá indeferir o requerimento. A chefia de campo poderá solicitar apoio de técnico vistoriador para ajudar na decisão se for o caso.

Aquisição de Alimentos – PMAA, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola - PROVE, Feirantes na esfera estadual, municipal ou outros programas similares.

§8º - Casos excepcionais aos requisitos acima estabelecidos deverão ser avaliados por Comissão Específica, constituída através de portaria pelo mínimo de 5 (cinco) servidores da Secretaria Municipal de Agricultura, que emitirão parecer quanto a autorização do serviço à ser realizado.

§9º - Poderá ser alterado ou estabelecido através de decreto, outros critérios, requisitos e formas de fiscalização e supervisão, afim de complementar ou simplificar conforme as necessidades observadas pela Secretaria Municipal de Agricultura ao que verse sobre o art 2º e seus parágrafos.

Art. 3º Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se as legislações ambientais, cabendo ao produtor agropecuarista ou entidade interessada a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes para obtenção da licença ambiental, caso necessária para o serviço.

§1º – Caso seja necessário a licença ambiental para execução dos serviços, fica o beneficiário obrigado a portar a licença ambiental válida e cópia do projeto ambiental no momento da solicitação e execução do serviço, sendo que o beneficiário deverá permanecer no local do serviço até a sua conclusão.

§2º - É de responsabilidade do beneficiário a indicação do local e acompanhamento na execução dos serviços.

§3º - Em caso de infração ambiental por execução de serviços em local inadequado ou não previsto no licenciamento, será o produtor agropecuarista, enquanto contratante do serviço responsabilizado integralmente pela infração.

Art. 4º - O "Programa Porteira Adentro" será operacionalizado em forma de parceria Município/Produtor agropecuarista ou, no caso de atendimento de entidades, através de termos de parceria, cooperação ou instrumentos similares.

§1º – Os serviços solicitados serão executados mediante requerimento e cadastro do interessado junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

§2º - A parceria Município/Produtor agropecuarista se dará através da disponibilização de benefícios em serviços, operadores, técnicos, máquinas, implementos, equipamentos e insumos por parte do município e, em contrapartida, através do pagamento pelo benefício, por parte do Produtor agropecuarista.

§3º - A execução de determinados serviços solicitados por produtores agropecuaristas se dará mediante o pagamento de cota-parte através de Guias de Recolhimento de Arrecadação Municipal em nome do Fundo Municipal de Agricultura, para o qual os recursos serão destinados.

§4º - Sobre o valor da cota parte, após a execução do serviço o operador da máquina anotara na ordem de serviço a quantidade de horas que foram necessárias para a realização da mesma e devolvera para o setor administrativo, logo após o produtor volta a secretaria municipal de agricultura para gerar a guia de recolhimento de arrecadação municipal, que poderá ser lançada para pagamento a vista ou incidir prazos de carência, opções de parcelamento para pagamento, possibilidade e percentuais de desconto e subsídios, objetivando promover e fomentar determinados públicos e setores, o que deverá ser estabelecido através de decreto.

§5º - No atendimento de entidades, os termos de parceria deverão prever se haverá contrapartida financeira por parte da entidade sendo os prazos para execução e a discriminação dos recursos envolvidos por parte da Secretaria Municipal de Agricultura e da entidade.

CAPÍTULO II DA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Art. 5º - Os serviços previstos no Art. 1º serão executados com maquinários da Prefeitura ou de terceiros atendendo as disposições legais, em especial a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, ou conveniadas com equipamentos de órgãos governamentais, como Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES, ou ainda de particulares em parceria.

Art. 6º - Serão utilizados para os serviços contemplados no Programa, trator de pneu, pá carregadeira, retroescavadeira, caminhão caçamba, escavadeira hidráulica (PC) e caminhão pipa, bem como outros equipamentos e máquinas necessárias para melhor efetivação do Programa.

Art. 7º - Fica criada a Cota de Serviço Mecanizado, que é a cota-parte de contrapartida do produtor, associação ou entidade, pelos serviços de mecanização agrícola referente à cota parte de contrapartida do beneficiário.

§1º - A Cota de Serviço Mecanizado (CSM) será recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal.

§2º - A composição da cota-parte correspondente à Cota de Serviço Mecanizado (CSM) irá considerar a Duração total de horas do serviço (Dh) expresso em horas, o Coeficiente da máquina e serviço (Cms) conforme o Tipo de Serviço utilizado, o valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF) em vigor no Município de Vilhena, e o Coeficiente de subsídio (Csub), conforme o enquadramento do beneficiário.

§3º - Para o cálculo do valor total da Cota de Serviço Mecanizado (CSM) expresso em Reais (R\$) a ser pago pelo beneficiário, deve-se multiplicar a Duração total de horas do serviço (Dh) expresso em horas, pelo Coeficiente da máquina e serviço (Cms), correspondente ao Tipo de Serviço utilizada, multiplicado pelo valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF) em vigor no Município de Vilhena e multiplicado pelo Coeficiente de subsídio (Csub).

§4º - A Duração total de horas do serviço (Dh) deverá ser aferido pelo responsável de campo ou operador da máquina, através do horímetro das máquinas ou através do controle de horas.

§5º - O Coeficiente da máquina e serviço (Cms) será determinado conforme o enquadramento da máquina e serviço a ser utilizado nos seguintes Tipos de Serviços:

- I. Tipo I – Coeficiente da máquina e serviço (Cms) = 2
- II. Tipo II – Coeficiente da máquina e serviço (Cms) = 2,5
- III. Tipo III – Coeficiente da máquina e serviço (Cms) = 3
- IV. Tipo IV – Coeficiente da máquina e serviço (Cms) = 3,5
- V. Tipo V – Coeficiente da máquina e serviço (Cms) = 4
- VI. Tipo VI – Coeficiente da máquina e serviço (Cms) = 4,5
- VII. Tipo VII – Coeficiente da máquina e serviço (Cms) = 5

Art. 8º - Os beneficiários do Programa poderão usufruir de subsídio, conforme previsto na composição das cota-parte, a ser concedido com o objetivo de promover o desenvolvimento agropecuário no município para determinados públicos. Para tal, ficam estabelecidos as seguintes Classes de beneficiários e respectivos Coeficientes de subsídio (Csub) possíveis para aplicação:

- I. Classe Subsidiada A – Possíveis Coeficientes de subsídio (Csub) = 0,1; 0,3; 0,5; 0,7; 0,9 e 1.

- II. Classe Subsidiada B – Possíveis Coeficientes de subsídio (Csub) = 0,3; 0,5; 0,7; 0,9 e 1.
- III. Classe Subsidiada C – Possíveis Coeficientes de subsídio (Csub) = 0,5; 0,7; 0,9 e 1.
- IV. Classe Subsidiada D – Possíveis Coeficientes de subsídio (Csub) = 0,7; 0,9 e 1.
- V. Classe Subsidiada E – Possíveis Coeficiente de subsídio (Csub) = 0,9 e 1.

§1.º – Para os beneficiários que não se enquadrarem em nenhuma Classe Subsidiada deverá ser utilizado para fins de cálculo o Coeficiente de subsídio (Csub) no valor 1 (hum).

§2.º - Os critérios para classificação dos beneficiários quanto às Classe Subsidiadas às quais pertencem e os Coeficientes de Subsídios relativos ao serviços prestados pelo programa serão regulamentados através de decreto.

§3.º - Os subsídios oferecidos para incentivo ao desenvolvimento agropecuário não são cumulativos, prevalecendo o maior subsídio no qual o beneficiário se encontra.

Art. 9º - Os serviços de mecanização agrícola serão limitados por horas conforme a máquina, serviço e beneficiário, sendo a regulamentação estabelecida através de decreto, bem como a relação das máquinas e serviços que estão compreendidas nos tipos de serviços relacionados no Art. 7º, §5º.

§1.º - O valor total dos serviços de mecanização agrícola dar-se-á pela soma dos valores totais de cada máquina e serviço realizado para o beneficiário.

CAPITULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESPESAS

Art. 10º - Compete ao Executivo criar o Fundo Municipal de Agricultura.

Art. 11º - O Fundo Municipal de Agricultura tem por objetivo dar suporte aos programas de estímulo às atividades agropecuárias e desenvolvimento sustentável, bem como desenvolver os programas relacionados a recuperação da agricultura e da pecuária, principalmente às áreas degradadas e com difícil acesso, para o escoamento e melhoramento da vida do homem do campo, coordenadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, através do "Programa Porteira Adentro".

Art. 12º - O Fundo Municipal de Agricultura constituir-se-á dos seguintes recursos financeiros:

- I - de dotações constantes do Orçamento Geral do Município;
- II - de contribuições, subvenções e auxílios da administração direta e indireta, estadual e municipal;
- III - das receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas;
- IV - das dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- V - das receitas oriundas das Leis Federais nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e 8.001, de 13 de março de 1990, que instituíram compensação financeira pela exploração econômica de recursos minerais, destinadas aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal;
- VI - do produto da alienação de material ou equipamentos inservíveis, vinculados ao Fundo Municipal de Agricultura;
- VIII - outras receitas especificamente destinadas ao Fundo, como recolhimento de taxas de contrapartida do produtor agropecuarista, em benefício recebido pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. A constituição e movimentação do Fundo observará o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e resoluções disciplinares do Tribunal de Contas do Estado, com autonomia financeira e com escrituração contábil própria, através das Secretarias de Administração e Fazenda do Município.

Art. 13º - O Fundo Municipal de Agricultura ficará vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. A movimentação dos recursos pertencentes ao Fundo Municipal de Agricultura será feita pelo Prefeito, em conjunto com o Secretário Municipal de Agricultura.

Art. 14º - Os recursos destinados ao Fundo Municipal de Agricultura serão movimentados em estabelecimentos oficiais de crédito, sendo contas distintas para o orçamento específico para a agricultura do Município.

Art. 15º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente e pelo Fundo Municipal de Agricultura criado pelo Executivo, devendo suas dotações serem criadas através de crédito especial dentro do orçamento corrente.

CAPITULO IV DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AGRÍCOLA

Art. 16º - Fica autorizada a Secretaria Municipal de Agricultura à realizar serviços de transporte de insumos agrícolas, materiais, produtos e produção agropecuária para atender atividades agropecuárias e correlacionadas, inclusive para estruturação das propriedades como construções de moradia do produtor agropecuarista e benfeitorias da propriedade como currais, pocilgas, cercas e outros.

§1.º – A execução dos serviços de transporte serão de competência da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, realizado através dos veículos e servidores no atendimento ao programa, podendo a mesma estabelecer convênios, parcerias ou instrumentos similares.

§2.º – Os serviços de transporte não prevêm a realização de serviços como carregamento, acondicionamento, embalagem, limpeza, embarque e desembarque das cargas ou produtos envolvidos no transporte, ficando tais ações sob responsabilidade do beneficiário.

§3.º – Fica autorizada a SEMAGRI adentrar em propriedades privadas, mesmo pessoa jurídica, para carregamento e retirada de esterco e outros insumos, sendo para tal aferido o total de horas de todas máquinas utilizadas.

§4.º – Poderão ser realizados serviços de transporte entre municípios ou estados, mediante autorização do secretário e disponibilidade de maquinário e servidores.

Art.17º - Para operacionalização do Programa, o secretário da pasta designará servidor(es) responsável(eis) pelos procedimentos necessários para execução dos serviços.

- I. Atender o produtor agropecuarista ou entidade, interessados nos serviços de transporte;
- II. Cadastrar a solicitação e do beneficiário do serviço de transporte;
- III. Identificar o veículo a ser utilizado e respectivo Grupo e Coeficiente de Transporte (Ct);
- IV. Identificar se o beneficiário se enquadra em algum Grupo subsidiado para determinação do Coeficiente de subsídio (Csub);
- V. Juntar os documentos necessários para o transporte, como guias governamentais de autorização de transporte, notas fiscais dos produtos a serem transportados, autorização do secretário para deslocamento intermunicipal, recibo de entrega para recolhimento de assinatura no ato da entrega, declaração de beneficiário de subsidiado e outros documentos conforme a necessidade;
- VI. Emitir o(s) boleto(s) da(s) Cota(s) de Transporte Agrícola;
- VII. Agendar o transporte;
- VIII. Emitir a Ordem de Serviço, anexar os demais documentos para o transporte, conforme item "VI" e assinatura do secretário ou responsável;
- IX. Arquivar o recibo de entrega do(s) insumos ou produtos, devidamente assinado pelo beneficiário e comprovando a realização do transporte.

Parágrafo único. O beneficiário solicitante do serviço ficará responsável pela emissão dos documentos pertinentes ao transporte, como guias de trânsito e



outros legalmente instituídos, bem como o recolhimento dos impostos cabíveis quando necessário.

Art. 18º - O condutor do veículo responsável pelo transporte deverá portar todos documentos necessários para realizar serviço de transporte, tais como recolher a assinatura do beneficiário no ato da entrega do material transportado, bem como indicar a distância total percorrida ou a ser percorrida.

Art. 19º - A Secretaria Municipal de Agricultura terá prioridade para uso dos veículos de transporte que atenderão o programa.

Art. 20º - As cargas, ou seja, os materiais, insumos ou quaisquer produtos a serem transportados, não são amparados por quaisquer espécies de seguros ou similares através da Prefeitura Municipal de Vilhena sendo o beneficiário responsável, caso queira, pela contratação de serviços de seguros através de empresas privadas.

Art. 21º - Fica criada a Cota de Transporte Agrícola, que é a cota-parte de contrapartida do produtor, associação ou entidade, pelo serviço de transporte.

§1.º - A Cota de Transporte Agrícola (CTA) será recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal.

§2.º - A composição da cota-parte correspondente à Cota de Transporte Agrícola (CTA) irá considerar a Distância total do transporte (Dt) expresso em quilômetros, ida e volta, o Coeficiente de transporte (Ct) conforme o grupo do veículo utilizado, o valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF) em vigor no Município de Vilhena, e o Coeficiente de subsídio (Csub), conforme o enquadramento do beneficiário.

§3.º - Para o cálculo do valor total da Cota de Transporte Agrícola (CTA) expresso em Reais (R\$) a ser pago pelo beneficiário, deve-se multiplicar a Distância total do transporte (Dt) expresso em quilômetros, pelo Coeficiente de transporte (Ct), correspondente ao veículo a ser utilizado, multiplicado pelo valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF) em vigor no Município de Vilhena e multiplicado pelo Coeficiente de subsídio (Csub).

§4.º - A Distância total do transporte (Dt) a ser percorrida deverá ser estimada pelo motorista.

§5.º - O Coeficiente de Transporte (Ct) será determinado conforme o enquadramento do veículo a ser utilizado nos seguintes Grupos de Veículos:

I - Grupo I - Coeficiente de Transporte (Ct) = 0,02

II - Grupo II - Coeficiente de Transporte (Ct) = 0,03

III - Grupo III - Coeficiente de Transporte (Ct) = 0,05

IV - Grupo IV - Coeficiente de Transporte (Ct) = 0,07

V - Grupo V - Coeficiente de Transporte (Ct) = 0,08

VI - Grupo VI - Coeficiente de Transporte (Ct) = 0,09

VII - Grupo VII - Coeficiente de Transporte (Ct) = 0,12

§6.º - Os veículos disponíveis para atender o Programa e respectivo Grupo de Veículo ao qual pertencem deverão ser regulamentados através de decreto.

§7.º - Os beneficiários do Programa poderão usufruir de subsídio no valor da Cota de Transporte Agrícola (CTA) a ser concedido com o objetivo de promover o desenvolvimento agropecuário no município, conforme estabelecido no Art. 9º e decreto de regulamentação.

CAPITULO VI

DA AQUISIÇÃO, DESTINAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Art. 22º - Fica instituído o Serviço de Aquisição de Insumos que tem por objetivo adquirir, destinar e encaminhar insumos agropecuários, inclusive florestais, aos produtores agropecuaristas ou entidades representativas.

§ 1º - A aquisição dos insumos agropecuários dar-se-á através de processos previstos na Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993 e seus dispositivos, inclusive substitutos.

§ 2º - A destinação dos insumos agropecuários observará os critérios previstos nesta Lei e os regulamentos a serem criados pelo poder executivo para o atendimento dos objetivos previstos.

§ 3º - O encaminhamento de insumos agropecuários para beneficiários poderá ocorrer mediante solicitação do proprietário do insumo, pessoa física ou pessoa jurídica, através de ofício descrevendo as características do produto.

§ 4º - Entende-se como insumo agropecuário todo fator de produção que seja consumido no processo de produção agrícola ou que venha a integrar o produto final, tais como:

- a) sementes, mudas e outros propágulos vegetais nativos ou exóticos;
- b) materiais utilizados para produção de mudas como bandejas, vasos, sacos, potes, tubetes, substratos e demais materiais para propagação de plantas;
- c) fertilizantes e adubos;
- d) produtos de uso veterinário e material genético para inseminação;
- e) ração e outros produtos destinados à alimentação animal;

§ 5º - Fica terminantemente proibida a aquisição, destinação e encaminhamento de agrotóxicos, ou defensivos agrícolas, excetuando aqueles classificados como biológicos que tenha como princípio ativo os agentes microbiológicos (como bactérias, fungos e vírus) e macro biológicos como (parasitóides e predadores).

Art. 27º - Os serviços de assistência técnica poderão ser oferecidos através de parcerias com entidades de ensino, governamentais ou privadas, formalizados através de convênios ou instrumentos similares de parceria.

Art. 28º - Atividades de treinamento, cursos, palestras, dias de campo, demonstrações, apresentações e outras modalidades de divulgação de conhecimentos, produtos, maquinários, implementos e outros insumos agrícolas aos produtores agropecuaristas poderão ser realizados em parceria com empresas privadas, mediante cadastro das empresas interessadas através de chamamento público para formalização de parcerias.

CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29º – Deverão ser observados as condicionantes e os públicos específicos que serão beneficiados através dos técnicos, veículos, maquinários, implementos e equipamentos caso os mesmos possuam Planos de Trabalho em vigor, tendo a Secretaria Municipal de Agricultura prioridade ao acesso de recursos.

Art. 30º - O prazo para a reutilização do programa porteira adentro é de 120 dias, entre um serviço e outro da mesma natureza.

Art. 31º - A Prefeitura Municipal de Vilhena, através da Secretaria Municipal de Agricultura poderá suspender provisoriamente os serviços previstos neste Programa, conforme a disponibilidade de recursos, inclusive humanos, bem como para a adequada manutenção, aquisição, reposição das máquinas, implementos e equipamentos necessários para execução dos serviços.

Art. 32º - Os valores arrecadados através do Programa Porteira Adentro, bem como eventuais multas, serão destinados ao Fundo Municipal de Agricultura – FMA, Lei Municipal nº 4.601 de 2017.

Art. 33º - O Poder Executivo regulamentará no que couber o presente Programa.



ANEXO II
PROPOSTA DE Projeto de Decreto nº xxxx/2023 de xx/xx/2023

O Prefeito do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas no Art. 96, inciso IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a Tabela de Veículos e Grupo de Veículo para fins de determinação dos Coeficientes de transporte (Ct), em atendimento ao PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO:

Veículo	Grupo
Veículo utilitário pequeno	I
Veículo utilitário médio	I
Caminhão 3/4	II
Caminhão baú refrigerado	II
Caminhão pipa	II
Caminhão melosa	III
Caminhão caçamba	IV
Caminhão prancha	V
Caminhão duas caçambas	VI

Art. 2º - Serão concedidos subsídios para determinados grupos de agricultores beneficiários com a finalidade de fomentar setores e arranjos produtivos, conforme a Tabela 02:

Enquadramento do Beneficiário	Classe Subsidiada
Beneficiário com Hipossuficiência financeira	A
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	B
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	B
PMAA – Programa Municipal de Aquisição de Alimentos	B
Beneficiário de programa governamental de aquisição de mudas	C
Beneficiário de programa governamental de aquisição de Calcário	C
Programa Balde Cheio	C
PROVE - Programa de Verticalização da Agricultura Familiar	C

Associação ou entidade, em benefício de 5 (cinco) agricultores ou mais

D

§1.º - O agricultor beneficiário com hipossuficiência financeira deverá apresentar Atestado de Hipossuficiência financeira emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Vilhena, sendo a declaração válida pelo período de 6 meses.

§2.º - O agricultor beneficiário que se enquadre em algum programa previsto no presente artigo deverá apresentar declaração de participação, especificando o Programa, e devidamente assinada pelo responsável na secretaria pelo programa e pelo secretário municipal de agricultura.

§3.º - Os agricultores beneficiários que façam parte de alguma associação ou entidade de produtores rurais, deverão apresentar 1 (uma) declaração emitida pelo representante legal indicando nominalmente os beneficiários à serem subsidiados pelo serviço, sendo que todos deverão atender as prerrogativas da Lei XXXX/2021 e a Cota de Transporte Agrícola será emitida em nome do representante legal

Art. 3º - Fica estabelecida a Tabela de Coeficientes de subsídio (Csub) a ser utilizada para fins de determinação da Cota de Transporte Agrícola (CTA), conforme a Classe Subsidiada do beneficiário e o Grupo de Veículo a ser utilizado:

	Grupo de Veículo I	Grupo de Veículo II	Grupo de Veículo III	Grupo de Veículo IV	Grupo de Veículo V	Grupo de Veículo VI	Grupo de Veículo VII
Classe Subsidiada A	0,1	0,1	0,3	0,5	0,7	0,9	0,9
Classe Subsidiada B	0,3	0,3	0,5	0,7	0,7	0,9	0,9
Classe Subsidiada C	0,5	0,5	0,7	0,7	0,7	0,9	0,9
Classe Subsidiada D	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,9	0,9
Classe Subsidiada E	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9

Art. 4º - O valor total da Cota de Transporte Agrícola à ser pago pelo beneficiário poderá ser pago em cota única, ou em até 06 (seis) cotas partes, com datas de vencimento pré estabelecidos. O beneficiário poderá gozar de carência de até 60 dias para pagamento da cota única, ou primeira cota parte, em caso de pagamento parcelado.

Art. 5º - Para os serviços prestados às entidades de produtores rurais, em benefício de 5 produtores rurais ou mais, poderá ser concedido o benefício de 30% de desconto sobre o valor da Cota de Transporte Agrícola, afim de estimular práticas associativas e o desenvolvimento rural do município.





www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 10/03/2023

LEI Nº 3.808, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO",
VOLTADO PARA AGRICULTURA FAMILIAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vilhena aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o "PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO", que tem como objetivo fomentar a atividade produtiva rural, através da implantação de conjunto de ações visando a melhoria dos acessos viários e auxiliar na execução de obras de infraestrutura preferencialmente nas pequenas propriedades rurais localizadas no Município de Vilhena - RO.

Art. 2º O auxílio de que trata o artigo 1º será desenvolvido da seguinte forma:

I - execução de serviços de abertura, conservação e recuperação de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais, incluindo, terraplanagem, parolamento e encascalhamento;

II - Construção e reforma de silos, trincheiras, aterro de currais, tanques de peixes, açudes para captação de água,



mecanização de terra, e demais serviços que visem a implantação de unidades geradoras de renda na propriedade rural;

III - transporte de terra (cascalho) próprio para recuperação de vias particulares;

IV - prestação de serviços com implementos agrícolas para apoio à agricultura familiar;

V - construção de bueiros, abertura de fossa e sumidouros para tratamento de dejetos orgânicos e outros serviços que possam trazer melhorias para as propriedades rurais, dentro das possibilidades da Secretaria Municipal de Agricultura, obedecidos os limites orçamentários; e

VI - transporte de calcário para as pequenas propriedades rurais.

Parágrafo único. Para os casos dos incisos I e III, a Prefeitura realizará os serviços até o limite de 01 (um) quilômetro dentro da propriedade particular.

Art. 3º Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo ao agricultor a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, com a respectiva licença ambiental.

Art. 4º Os serviços solicitados serão executados mediante cadastro realizado junto à Secretaria Municipal de Agricultura, bem como o prévio recolhimento da taxa correspondente à contrapartida do produtor rural, através de Guias de Recolhimento de Arrecadação Municipal em nome do Programa.

Art. 5º Para se beneficiar do referido Programa, o requerente deverá atender os seguintes requisitos:

~~1- possuir propriedade de no máximo 80 (oitenta) hectares;~~



I - Possuir propriedade de no máximo 100 (cem) hectares; (Redação dada pela Lei nº **5994**/2023)

II - ser inscrito e encontrar-se com sua inscrição ativa, como produtor rural ou perante a Fazenda Estadual ou Órgão equivalente; e

III - estar em dia com todos os tributos municipais.

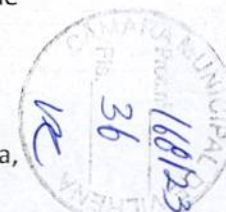
Art. 6º A coordenação, supervisão e controle será de competência da Secretaria Municipal da Agricultura que prestará toda a informação e orientação necessária para que os interessados se enquadrem aos benefícios de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Deverá o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Agricultura, quando do estabelecimento de regras para o cadastramento dos interessados em participar do Programa, priorizar o atendimento as propriedades cuja infraestrutura seja inexistente e/ou existente de forma precária, buscando com isto atender primeiramente aos mais necessitados ou pequenas propriedades rurais em obediência ao fim social a que esta Lei se destina e na busca de incremento da produção de nosso Município, devendo para tanto, serem estabelecidos critérios objetivos e impessoais, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Art. 7º O "Programa Porteira Adentro" será operacionalizado em forma de parceria Município/Produtor ou através de convênios, que utilizará como metodologia o pagamento de cota-parte dos serviços requeridos para o Fundo Municipal de Agricultura, a ser fixada pelo Executivo em tabela de preço.

Parágrafo único. Os serviços solicitados serão executados mediante cadastro realizado junto à Secretaria Municipal de Agricultura, bem como de prévio recolhimento da taxa correspondente à contrapartida do produtor rural, através de Guias de Recolhimento de Arrecadação Municipal em nome do Fundo Municipal de Agricultura.

Art. 8º Serão utilizados para os serviços contemplados no Programa, tratores de pneu, pá carregadeira, retro escavadeira,



caminhão caçamba, escavadeira hidráulica (PC) e caminhão pipa, bem como outros equipamentos e máquinas necessárias para melhor efetivação do Programa.

Art. 9º Os produtores poderão ser beneficiados com todos os equipamentos desde que cumpram as exigências do artigo 8º

Art. 10. Os referidos serviços serão executados com maquinários da Prefeitura ou de terceiros atendendo as disposições legais, em especial a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, ou conveniadas com equipamentos de órgãos governamentais, como Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES, ou ainda de particulares em parceria.

Parágrafo único. Para garantir a execução das ações de melhoria e benfeitoria acima arroladas, o Município deverá contar com no mínimo uma "Patrulha Mecanizada" completa.

Art. 11. Compete ao Executivo criar o Fundo Municipal de Agricultura.

Art. 12. O Fundo Municipal de Agricultura tem por objetivo dar suporte aos programas de estímulo às atividades rurais, agropecuárias e desenvolvimento sustentável, bem como desenvolver os programas relacionados à recuperação da agricultura e da pecuária, principalmente às áreas degradadas e com difícil acesso, para o escoamento e melhoramento da vida do homem do campo, coordenadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, através do "Programa Porteira Adentro".

Art. 13. O Fundo Municipal de Agricultura constituir-se-á dos seguintes recursos financeiros:

I - de dotações constantes do Orçamento Geral do Município;

II - de contribuições, subvenções e auxílios da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;



III - das receitas oriundas de convênios, acordos a contratos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas;

IV - das dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

V - das receitas oriundas das Leis Federais nº s 7990, de 28 de dezembro de 1989 e 8001, de 13 de março de 1990, que instituíram compensação financeira pela exploração econômica de recursos minerais, destinadas aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal;

VI - do produto da alienação de material ou equipamentos inservíveis, vinculados ao Fundo Municipai de Agricultura;

VII - a remuneração oriunda de aplicações financeiras; e

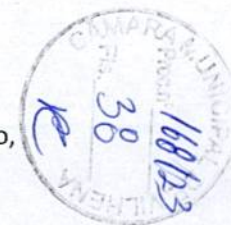
VIII - outras receitas especificamente destinadas ao Fundo, como recolhimento de taxas de contrapartida do produtor rural, em benefício recebido pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. A constituição e movimentação do Fundo observará o disposto na Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e resoluções disciplinares do Tribunal de Contas do Estado, com autonomia financeira e com escrituração contábil própria, através das Secretarias de Administração e Fazenda do Município.

Art. 14. O Fundo Municipal de Agricultura ficará vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. A movimentação dos recursos pertencentes ao Fundo Municipal de Agricultura será feita pelo Prefeito, em conjunto com o Secretário Municipal de Agricultura.

Art. 15. Os recursos destinados ao Fundo Municipal de Agricultura serão movimentados em estabelecimentos oficiais de crédito, sendo contas distintas para o orçamento específico para agricultura do Município.



Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente e pelo Fundo Municipal de Agricultura criado pelo Executivo, devendo suas dotações serem criadas através de crédito especial dentro do orçamento corrente.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena (RO), 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ LUIZ ROVER
Prefeito Municipal

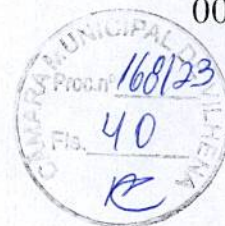
Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/03/2023





**PREFEITURA DE
VILHENA**
PROCURADORIA



00026

Ofício nº 305/2023/PGM

Vilhena, 4 de agosto de 2023

Exmº. Sr.
Samir Mahmoud Ali
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Nesta.

Assunto: Projeto de Lei para deliberação

Solicita-se a Vossa Excelência que convoque os Vereadores para deliberação do Projeto de Lei abaixo relacionado:

PROPOSIÇÃO	NÚMERO	EMENTA
Projeto de Lei Ordinária	PLO /2023	cria, no âmbito do município de Vilhena, o Programa Porteira Adentro e dá outras providências.

Atenciosamente,

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO MUNICIPAL





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município

00027



PROJETO DE LEI Nº _____/2023

MENSAGEM

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminho Projeto de Lei Ordinária, que cria, no âmbito do Município de Vilhena, o Programa Porteira Adentro, com o objetivo de fomentar a atividade agropecuária e auxiliar na execução de obras de infraestrutura, serviços e assistência técnica às propriedades agropecuárias rurais e urbanas e na implantação de um conjunto de ações voltadas à melhoria dos acessos viários.

A alteração proposta visa promover alteração global da legislação municipal que rege o Programa Porteira Adentro, de modo tornar o ordenamento jurídico mais integro e racional, capaz de tornar mais eficiente as ações e os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI.

Esta propositura visa corrigir lacunas existentes na Lei que rege o Programa Porteira Adentro, que segundo a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI pode ocasionar consequências severas à administração pública e aos servidores municipais. Diante disto, propõem o estabelecimento de novos critérios para a concessão dos benefícios do Programa, de modo a atender efetivamente o produtor rural, fomentar a agricultura familiar, evitar fraudes, contornar as dificuldades de controle, supervisão dos trabalhos e dificuldades detectadas na sua execução.

Além disto, prevê a criação de subsídio, prazo de carência e parcelamentos no pagamento pelos serviços e de serviços, tais como o serviço de transporte de insumos e cargas, que tem por escopo viabilizar, o transporte de pequenas cargas na caçamba de veículos utilitários, o serviço aquisição e destinação de insumos: sementes, mudas e outros insumos agrícolas, inclusive florestais e o serviço de assistência técnica para o atendimento aos agricultores.

Enfim, a proposta visa sistematizar com base em demandas da Secretaria Municipal de Agricultura- SEMAGRI a rotina de serviços e atendimento aos produtores rurais e se constitui medida do mais elevado interesse público, razão pela qual submeto à apreciação e aprovação desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO MUNICIPAL





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município

00028



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

CRIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, O
PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Fica criado, no âmbito do Município de Vilhena, o Programa Porteira Adentro, com o objetivo de fomentar a atividade agropecuária e auxiliar na execução de obras de infraestrutura, serviços e assistência técnica às propriedades agropecuárias rurais e urbanas e na implantação de um conjunto de ações voltadas à melhoria dos acessos viários.

Parágrafo único. Poderão ser executados projetos, ações e serviços do Programa Porteira Adentro em municípios adjacentes ao Município de Vilhena, mediante convênio ou instrumento similar firmado entre os convenientes.

Art.2º São ações do Programa Porteira Adentro:

I - executar serviços necessários para a melhoria das estradas vicinais, acessos e carreadores do Município, inclusive dentro das propriedades particulares;

II - executar serviços de mecanização com agrícola como gradagem, aração, escarificação, terraceamento, subsolagem, destoca, enleiramento, encanteiramento, aplicação e distribuição de insumos, adubação, plantio, pulverizações, colheita e outras práticas agrícolas mecanizáveis, conforme disponibilidade dos recursos materiais e humanos disponíveis;

III - executar serviços de instalações agropecuárias tais como, construção e reforma de silos, trincheiras, aterro de currais, abertura de tanques de peixes, açudes para captação de água, e demais serviços que visem a implantação de unidades geradoras de renda na propriedade rural;

IV - executar serviços de transporte de insumos, materiais, produtos e produção agrícola para atender atividades agropecuárias e correlacionadas às propriedades rurais;

V - adquirir, destinar e encaminhar insumos agropecuários, inclusive florestais, exceto agrotóxicos; e

VI - prestar assistência técnica agropecuária para produtores rurais, instituições de ensino e demais entidades interessadas.

Art.3º A gestão, a execução e o controle do Programa Porteira Adentro é de competência da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI que poderá firmar parcerias com outras secretarias





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



municipais, órgãos públicos, entidades, instituições de ensino e empresas privadas para a execução dos projetos, ações e serviços relacionados ao Programa.

Art.4º Fica estabelecida a parceria e a cooperação permanente entre a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI e a Secretaria Municipal de Obras - SEMOSP para a execução dos serviços no atendimento ao Programa de que trata esta Lei.

Art.5º Para se beneficiar do Programa Porteira Adentro, o produtor deverá atender os seguintes requisitos:

- I - possuir propriedade de até 102 ha (cento e dois hectares);
- II - estar com sua inscrição ativa perante a Secretaria de Fazenda Estadual ou órgão equivalente;
- III - estar em dia com todos os tributos municipais; e
- IV - ter seu requerimento de execução dos serviços aprovado por vistoria da chefia de campo.

§ 1º A metragem de que trata inciso I deste artigo poderá ser ampliada em até 10% (dez por cento), se aprovado o requerimento pelo Secretário Municipal de Agricultura, que deverá fundamentar sua decisão.

§ 2º A vistoria de que trata o inciso IV deste artigo poderá ser realizada de forma prévia, concomitante ou posterior à execução dos serviços pela chefia de campo ou por técnico vistoriador designado pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.

§ 3º Será dada prioridade à execução de serviços na propriedade cuja atividade rural seja a principal renda e sirva de moradia à família.

Art.6º O requerimento de execução de serviços deve vir acompanhado de um dos seguintes documentos:

I - escritura, título definitivo, Certidão de Reconhecimento de Ocupação - CRO ou Certidão de Concessão de Uso - CCU do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

II - contrato de compra e venda ou arrendamento em nome do beneficiário com firma reconhecida em cartório, com a descrição da metragem da propriedade beneficiada;

III - declaração de associação rural atestando a posse da área e descrevendo o tamanho da propriedade;

IV - requerimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em nome do beneficiário;

V - georreferenciamento e/ou Cadastro Ambiental Rural - CAR da propriedade em nome do beneficiário.

VI - declaração de posse emitido pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON; e

VII - qualquer outro documento apto a comprovar a posse ou a propriedade da área.

§ 1º Não serão aceitos pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, para os fins de deferimento de requerimento feito com base no inciso II deste artigo contrato de arrendamento, cuja parcela arrendada pertença à área maior do que as estabelecidas no art. 5º, I desta Lei.

§ 2º Aplica-se a hipótese do inciso II deste artigo, a exceção prevista no 1º do art. 5º desta Lei, que seja realizada vistoria prévia por técnico ou pelo chefe de campo a pedido do Secretário





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



00030

Municipal de Agricultura, na qual serão analisados critérios de moradia e de produtividade da área e emitida certidão de exploração rural.

§ 3º Serão aceitos requerimentos de serviços em nome coletivo apresentados por associação ou entidade representativa dos produtores rurais, sob responsabilidade de seu representante legal da entidade, que deverá apresentar no momento da solicitação a relação dos beneficiários e a documentação comprobatória do atendimento dos requisitos constantes do art. 5º desta Lei.

Art.7º Deverá ser firmado termo de parceria, termo de cooperação técnica ou instrumento similar entre o Município de Vilhena e as entidades governamentais e/ou instituições de ensino sempre que as ações do Programa Porteira Adentro forem requeridas em benefício destas.

Art.8º Terão prioridade no atendimento pelo Programa Porteira Adentro, os produtores que comprovem a participação em programas sociais de incentivo à produção rural como o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos – PMAA, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola – PROVE ou outros programas similares.

§ 1º A previsão do **caput** deste artigo se aplica aos feirantes da esfera estadual e municipal.

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros casos de prioridade de atendimento pelo Programa Porteira Adentro, os quais deverão ser avaliados por Comissão, constituída através de portaria pelo mínimo de 5 (cinco) servidores da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, que emitirão parecer quanto à autorização do serviço a ser realizado.

Art.9º Fica a cargo do produtor rural ou da associação ou entidade representativa interessada a elaboração e a aprovação dos projetos ambientais, sua aprovação pelos órgãos competentes e a obtenção da licença ambiental, toda vez que tal providência for exigida pela legislação ambiental.

§ 1º Na hipótese do **caput** deste artigo, o beneficiário do Programa Porteira Adentro fica obrigado a portar a licença ambiental válida e cópia do projeto ambiental no momento da solicitação e execução do serviço, devendo permanecer no local do serviço até a sua conclusão.

§ 2º É de responsabilidade do beneficiário a indicação do local e acompanhamento na execução dos serviços do Programa Porteira Adentro.

§ 3º Em caso de infração ambiental por execução de serviços em local inadequado ou não previsto no licenciamento, será o produtor rural responsabilizado integralmente pela infração.

Art.10. O Programa Porteira Adentro será operacionalizado em forma de parceria entre o Município e o produtor rural ou, no caso de atendimento à entidade ou à instituição, através de termos de parceria, termo de cooperação ou instrumentos similares.

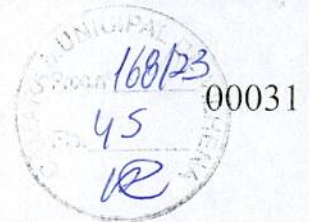
§ 1º Os serviços prestados no âmbito do Programa de que trata o **caput** deste artigo serão executados mediante requerimento e o cadastramento do interessado na à Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI.

Art. 11. A parceria entre o Município de Vilhena e o produtor rural se dará através da disponibilização pelo ente público de serviços, operadores, técnicos, máquinas, implementos, equipamentos e insumos, através do pagamento da cota-parte pelo produtor rural, pela entidade ou pela associação representativa.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



§ 1º A execução dos serviços solicitados pelo produtor rural se dará mediante o pagamento de cota-parte, através de Guias de Recolhimento de Arrecadação Municipal.

§ 2º Os recursos recolhidos na forma do § 1º deste artigo serão destinados ao Fundo Municipal de Agricultura.

§ 3º Sobre o valor da cota parte, poderão incidir prazos de carência, opções de parcelamento para pagamento, desconto por pagamento antecipado, na forma de regulamento a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo, objetivando a promoção e o fomento da atividade rural.

§ 4º No atendimento a entes, entidades públicas e/ou instituições de ensino o termo de parceria, obrigatoriamente, será precedido de plano de trabalho que deverá conter identificação dos participantes, objeto da parceria, descrição do projeto, atividade ou serviço, cronograma de execução, discriminação dos recursos a serem disponibilizados e da sua aplicação, forma de contrapartida e parâmetros de aferição.

CAPÍTULO II
DA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Art.12. Os projetos, as ações e os serviços, no âmbito do Programa Porteira Adentro, serão executados com maquinários de propriedade do Município de Vilhena, por terceiros contratados na forma da legislação aplicada ou por entidades governamentais conveniadas, tais como o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES ou por terceiros por estes contratados na forma do convênio.

Art.13. Poderão ser empregados nas ações, projetos e serviços do Programa Porteira Adentro tratores de pneu, pá carregadeiras, retroescavadeiras, caminhões caçamba, escavadeiras hidráulicas - PC, caminhões pipa e outros equipamentos e máquinas necessárias para efetivação do Programa.

Art.14. Fica criada a Cota de Serviço Mecanizado - CSM, que é a cota-parte paga em razão da contrapartida do produtor, associação ou entidade pelos serviços de mecanização agrícola realizados no âmbito do Programa Porteira Adentro.

Parágrafo único. A Cota de Serviço Mecanizado - CSM será recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art. 15. A Cota de Serviço Mecanizado - CSM considerará:

- I - a Duração de Horas do Serviço - DHS;
- II - o Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS, conforme o tipo de serviço;
- III - o valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigor no Município de Vilhena; e
- IV - o Coeficiente de Subsídio - CSub, conforme o enquadramento do beneficiário.

Parágrafo Único. Para o cálculo do valor total da Cota de Serviço Mecanizado - CSM, expresso em reais, deve-se multiplicar a Duração das Horas do Serviço - DHS, expresso em horas, pelo Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS, correspondente ao tipo de serviço, multiplicado pelo valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigore multiplicado pelo Coeficiente de Subsídio - CSub.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art. 16. A Duração das Horas do Serviço - DHS deverá ser aferida pelo responsável de campo ou operador da máquina, através do horímetro das máquinas ou através do controle de horas.

Art.17. Será tipificado, de acordo com o enquadramento da máquina e do serviço, o Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS da seguinte forma:

- I -Tipo I - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 2;
- II -Tipo II - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 2,5;
- III -Tipo III - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 3;
- IV -Tipo IV - Coeficiente da Máquina e serviço - CMS = 3,5;
- V -Tipo V - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 4;
- VI -Tipo VI - Coeficiente da Máquina e Serviço - CMS = 4,5; e
- VI -Tipo VII - Coeficiente da Máquina e Serviço -CMS = 5.

Art.18. Os beneficiários do Programa poderão usufruir de subsídios, no valor Cota de Serviço Mecanizado - CSM, conforme previsto na composição das cotas-parte, a ser concedido com o objetivo de promover o desenvolvimento agropecuário no Município.

Art.19. Para os fins de que trata o art. 18 desta Lei ficam estabelecidas as seguintes classes de beneficiários e os respectivos Coeficientes de Subsídio - CSub:

- I - Classe Subsidiada A – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,1; 0,3; 0,5; 0,7; 0,9 e 1;
- II - Classe Subsidiada B – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,3; 0,5; 0,7; 0,9 e 1;
- III - Classe Subsidiada C – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,5; 0,7; 0,9 e 1;
- IV- Classe Subsidiada D – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,7; 0,9 e 1; e
- V - Classe Subsidiada E – Possíveis Coeficientes de Subsídio - CSub = 0,9 e 1.

§ 1º Para os beneficiários que não se enquadrarem em nenhuma Classe Subsidiada deverá ser utilizado para fins de cálculo o Coeficiente de Subsídio - CSub o valor 1 (um).

§ 2º Os critérios para classificação dos beneficiários nas Classes Subsidiadas e nos Coeficientes de Subsídios relativos aos serviços prestados pelo Programa Porteira Adentro serão regulamentados através de decreto a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Os subsídios oferecidos para incentivo ao desenvolvimento agropecuário não são cumulativos, prevalecendo o maior subsídio no qual o beneficiário se enquadre.

Art.20. Os serviços de mecanização agrícola serão limitados em horas conforme o tipo de maquinário utilizado, o serviço realizado e a classe em que beneficiário se enquadra, considerando a relação das máquinas e dos serviços disponíveis conforme o estabelecido em regulamento.

§ 1º O valor total dos serviços de mecanização agrícola dar-se-á pela soma dos valores totais de cada máquina e cada serviço realizado para o beneficiário.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESPESAS





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



00033

Art.21. Compete ao Poder Executivo Municipal criar o Fundo Municipal de Agricultura, que terá como objetivos:

- I - dar suporte financeiro aos programas da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI;
- II - estimular às atividades agropecuárias e o desenvolvimento sustentável do Município de Vilhena;
- III - fomentar os programas, as ações e os projetos relacionados a recuperação da agricultura e da pecuária, principalmente em áreas degradadas e de difícil acesso;
- IV - auxiliar no escoamento da produção agrícola do Município de Vilhena; e
- V - incentivar a permanência do homem no campo.

Art.22 O Fundo Municipal de Agricultura constituir-se-á dos seguintes recursos financeiros:

- I - dotações constantes do orçamento municipal;
- II - contribuições, subvenções e auxílios da administração direta e indireta, estadual e municipal;
- III - receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o Município de Vilhena e instituições públicas e privadas;
- IV - dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- V- receitas decorrentes do disposto na Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e na Lei Federal nº 8.001, de 13 de março de 1990, que instituíram compensação financeira pela exploração econômica de recursos minerais, destinadas aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal;
- VI - produtos da alienação de material ou equipamentos inservíveis, vinculados ao Fundo Municipal de Agricultura; e

VIII - outras receitas destinadas ao Fundo, como recolhimento de taxas de contrapartida do produtor rural, em benefício recebido pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.

Art.23. O Fundo Municipal de Agricultura, com autonomia financeira e com escrituração contábil própria, através da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Fazenda, observará o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nas resoluções disciplinares do Tribunal de Contas do Estado – TCE-RO na constituição e na movimentação dos recursos financeiros a ele vinculados.

§ 1º Os recursos do Fundo Municipal de Agricultura, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, serão movimentados em estabelecimentos oficiais de crédito, por decisão conjunta do Chefe do Poder Executivo e do Secretário Municipal de Agricultura.

§ 2º O Fundo Municipal de Agricultura, com autonomia financeira e com escrituração contábil própria, através da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD e da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, observará o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nas resoluções disciplinares do Tribunal de Contas do Estado – TCE-RO na constituição e na movimentação dos recursos financeiros a ele vinculados.

CAPÍTULO IV
DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AGRÍCOLA





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art.24. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI a realizar serviços de transporte de insumos agrícolas, materiais, produtos e produção agropecuária para atender atividades agropecuárias e correlacionadas, inclusive para estruturação das propriedades como construções de moradia, currais, pocilgas, cercas e outras benfeitorias.

§ 1º A execução dos serviços de transporte agrícola serão de competência da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, diretamente através do Programa Porteira Adentro ou através de convênios, parcerias ou instrumentos similares firmados com outros entes, entidades ou órgãos.

§ 2º Os serviços de transporte agrícola não incluem a realização de serviços de carregamento, acondicionamento, embalagem, limpeza, embarque e desembarque das cargas ou produtos envolvidos no transporte, que são de responsabilidade do beneficiário solicitante.

§ 3º Poderão ser realizados serviços de transporte agrícola fora dos limites territoriais do Município, mediante autorização do Secretário Municipal de Agricultura, conforme a disponibilidade de maquinário e de servidores.

Art. 25. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, com a permissão do proprietário, a adentrar em propriedade privada para carregamento e retirada de esterco e outros insumos, sendo obrigatória a aferição do total de horas das máquinas utilizadas no serviço.

Art. 26. Serão designados pelo Secretário Municipal de Agricultura os servidores responsáveis pela execução dos serviços, os quais deverão:

I - atender o produtor rural ou as entidades representativas, interessados nos serviços de transporte agrícola;

II - cadastrar a solicitação e do beneficiário do serviço de transporte agrícola;

III - identificar o veículo a ser utilizado e respectivo Grupo e Coeficiente de Transporte - CT;

IV - identificar se o beneficiário se enquadra em algum Grupo subsidiado para determinação do Coeficiente de Subsídio - CSub;

V - guardar, organizar e entregar os documentos necessários para o transporte, como guias governamentais de autorização de transporte, notas fiscais dos produtos, autorização do Secretário Municipal de Agricultura para deslocamento intermunicipal, recibos de entrega para recolhimento e outros documentos;

V - colher assinatura do produtor ou entidade representativa beneficiada solicitante no recibo de entrega;

VI - emitir boletos das Cotas de Transporte Agrícola;

VII - agendar o transporte;

VIII - emitir a ordem de serviço,

IX - colher as assinaturas do Secretário Municipal de Agricultura e demais responsáveis; e

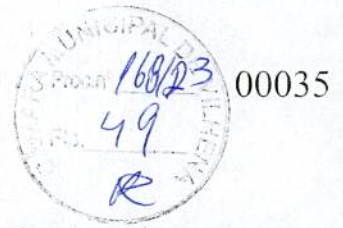
IX - arquivar o recibo de entrega dos insumos ou produtos, assinados pelo beneficiário, que comprovem a realização do transporte.

Parágrafo único. O beneficiário solicitante do serviço ficará responsável pela emissão dos insumos e das guias de transporte e pelo recolhimento dos impostos cabíveis quando necessário.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



00035

Art.27. O condutor do veículo responsável pelo transporte agrícola deverá portar os documentos necessários para realização do serviço de transporte agrícola, recolher a assinatura do beneficiário no ato da entrega do material transportado e como indicar a distância total percorrida ou a ser percorrida em documento próprio.

Art.28. A Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI terá prioridade para uso dos veículos de transporte que atenderão o Programa Porteira Adentro, cuja destinação e forma de utilização serão tratadas por regulamento.

Art.29. É facultado ao beneficiário contratar seguro particular para as cargas, materiais, insumos ou quaisquer produtos a serem transportados na forma do art. 24 desta Lei, ficando sob sua total responsabilidade a ocorrência de danos durante o transporte.

Art.30. Fica criada a Cota de Transporte Agrícola - CTA, que é a cota-parte de contrapartida do produtor, associação ou entidade, pelo serviço de transporte.

Parágrafo único. A Cota de Transporte Agrícola - CTA será recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art.31. A Cota de Transporte Agrícola - CTA considerará:

I - a Distância Total do Transporte - DT, expresso em quilômetros, ida e volta;

II - o Coeficiente de Transporte - CT, conforme o grupo do veículo utilizado, o valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigor no Município; e

III - o Coeficiente de Subsídio - CSub, conforme o enquadramento do beneficiário.

§ 1º Para o cálculo do valor total da Cota de Transporte Agrícola - CTA, expresso em reais, a ser pago pelo beneficiário deve-se multiplicar a Distância Total do Transporte - DT expresso em quilômetros, pelo Coeficiente de Transporte - CT, correspondente ao veículo a ser utilizado, multiplicado pelo valor da Unidade Padrão Fiscal - UPF em vigor no Município de Vilhena e multiplicado pelo Coeficiente de subsídio - CSub.

§ 2º A Distância Total do Transporte - DT a ser percorrida deverá ser estimada pelo motorista.

Art.32. Será determinado, o Coeficiente de Transporte - CT conforme o enquadramento do veículo em um dos seguintes Grupos:

I - Grupo I - Coeficiente de Transporte - CT = 0,02;

II - Grupo II - Coeficiente de Transporte - CT = 0,03;

III - Grupo III - Coeficiente de Transporte - CT = 0,05;

IV - Grupo IV - Coeficiente de Transporte - CT = 0,07;

V - Grupo V - Coeficiente de Transporte - CT = 0,08;

VI - Grupo VI - Coeficiente de Transporte - CT = 0,09; e

VII - Grupo VII - Coeficiente de Transporte - CT = 0,12.

Parágrafo único. O beneficiário do Programa criado por esta Lei poderá usufruir de subsídio no valor da Cota de Transporte Agrícola - CTA a ser concedido com o objetivo de promover o desenvolvimento agropecuário no Município para determinados públicos.





CAPÍTULO V

DA AQUISIÇÃO, DESTINAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Art.33. Fica instituído o Serviço de Aquisição de Insumos - SAI que tem por objetivo adquirir, destinar e encaminhar insumos agropecuários, inclusive florestais, aos produtores rurais, associações ou entidades representativas.

Art.34. A aquisição dos insumos agropecuários pelo Município de Vilhena dar-se-á através de processos previstos na legislação que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art.35. O encaminhamento de insumos agropecuários para beneficiários ocorrerá mediante solicitação do proprietário do insumo, pessoa física ou pessoa jurídica, através de Requerimento, no qual são descritas as características do produto.

Art.36. Entende-se como insumo agropecuário todo fator de produção que seja consumido no processo de produção agrícola ou que venha a integrar o produto, tais como:

- I - sementes, mudas e outros propágulos vegetais nativos ou exóticos;
- II - materiais utilizados para produção de mudas como bandejas, vasos, sacos, potes, tubetes, substratos e demais materiais para propagação de plantas;
- III - fertilizantes e adubos;
- IV - produtos de uso veterinário e material genético para inseminação; e
- V - ração e outros produtos destinados à alimentação animal.

Art.37. Fica vedada a aquisição, destinação e encaminhamento de agrotóxicos, ou defensivos agrícolas, excetuando aqueles classificados como biológicos que tenham como princípio ativo os agentes microbiológicos, bactérias, fungos, vírus, organismos macrobiológicos, parasitoides e predadores.

Art.38. A forma e o custo do transporte de insumos agropecuários envolvidos nos serviços de aquisição ficarão a cargo do beneficiário.

Parágrafo único. O beneficiário, caso se enquadre, poderá utilizar-se de programas governamentais para o transporte dos insumos.

Art.39. A qualidade e a garantia dos insumos de que trata o art. 32 desta Lei é de responsabilidade do fornecedor, responsabilizando-se o Município de Vilhena somente pelos processos de aquisição, destinação e encaminhamento destes.

Art.40. Os beneficiários a serem atendidos pelo Serviço de Aquisição de Insumos - SAI deverão atender os critérios estabelecidos em decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



00037

Art.41. Fica criado o Serviço de Assistência Técnica da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, que compreenderá a disponibilização de técnicos para atendimento aos produtores rurais e as entidades representativas.

Art.42. O serviço de que trata o art. 40 desta Lei será prestado no campo, no escritório e por atendimento remoto, pelos técnicos, através de agendamento ou comparecimento na Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.

Art.43. Englobam os Serviços de Assistência Técnica prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura- SEMAGRI:

I - elaboração de projetos, pareceres, laudos, recomendações, palestras, aulas técnicas, tabelas, gráficos, estudos, materiais de divulgação como folders, panfletos, banners, inclusive em meio digital e outros que possuam caráter técnico; e

II - realização de procedimentos como coleta de solo, interpretação de análise de solo, recomendações de adubação, exames clínicos, vistorias, palestras, treinamentos, visitas técnicas, coletas de materiais para análise, inseminação artificial, identificação de doenças e pragas, recomendações de manejo, atendimentos, pesquisas, acompanhamentos, através de avaliação e observações técnicas.

Art. 44. Os Serviços de Assistência Técnica poderão ser oferecidos através de parcerias firmadas entre o Município e os entes, as entidades, as instituições de ensino e/ou empresas privadas, formalizados através de convênios ou instrumentos similares de parceria.

Art. 45. As atividades de treinamento, cursos, palestras, dias de campo, demonstrações, apresentações e outras modalidades de divulgação de conhecimentos, produtos, maquinários, implementos e outros insumos agrícolas aos produtores rurais poderão ser realizados em parceria com empresas privadas, mediante chamamento público para cadastramento de empresas interessadas na formalização de parcerias com o Município de Vilhena.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.46. Deverão ser observados na execução dos projetos, ações e serviços as condicionantes e o público que será beneficiado pelo Programa criado por esta Lei.

Art.47. O prazo para nova solicitação de serviços de mesma natureza no âmbito do Programa Porteira Adentro será de 120 (cento e vinte) dias.

Art.48. O Município de Vilhena, através da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI poderá suspender provisoriamente os serviços previstos no Programa Porteira Adentro, conforme a disponibilidade de recursos materiais e humanos e necessidade de manutenção, aquisição, reposição das máquinas, implementos e equipamentos necessários para execução dos serviços.

Art.49. Os valores arrecadados no âmbito do Programa Porteira Adentro, inclusive decorrentes de multas, serão destinados ao Fundo Municipal de Agricultura – FMA, criado pela Lei nº 4.601, de 8 de junho de 2017.

Art.50. O Poder Executivo regulamentará no que couber esta Lei, através de decreto do Chefe do Executivo.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



00038

Art.51. Fica revogada a Lei nº 3.808, de 20 de dezembro de 2013 e a Lei nº 5.994, de 10 de março de 2023.

Art.52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena (RO), 4 de agosto de 2023.

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO MUNICIPAL

